



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

EDITAL Nº 01/2025

ANALISTA JUDICIÁRIO - JUDICIÁRIA

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

VERSÃO A

SUA PROVA

✓ Nesta prova, você encontrará **60 (sessenta) questões objetivas e 1 (uma) discursiva.**

Prova Objetiva:

- ✓ Assine seu nome **somente na frente da Folha de Respostas (Prova Objetiva)**, no local indicado.
- ✓ Verifique seu nome e número de inscrição na Folha de Respostas. Se houver algum erro, notifique o fiscal.
- ✓ Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- ✓ **As respostas das questões objetivas devem ser preenchidas obrigatoriamente da seguinte maneira:** ●

Prova Discursiva:

- ✓ Na Folha de respostas, na parte destinada à **Prova Discursiva (verso da objetiva)**, é vedado assinar ou inserir qualquer forma de identificação, sendo permitido apenas transcrever a resposta no espaço destinado a essa finalidade.
- ✓ Na correção da Prova Discursiva, a comissão de correção não terá acesso a qualquer identificação do candidato, garantindo assim o sigilo do autor.
- ✓ Observe atentamente as instruções na Folha de Resposta.

DURAÇÃO DA PROVA E A PERMANÊNCIA MÍNIMA NA SALA

- ✓ Você dispõe de **04 (quatro) horas para fazer esta prova.**
- ✓ O candidato só poderá retirar-se da sala de prova **02 (duas) horas após o início.**
- ✓ O candidato poderá levar seu Caderno de Questões somente após transcorrido o tempo de **03h30min (três horas e trinta minutos) do início da prova.** Em hipótese alguma o candidato poderá levar o Caderno de Questões antes do horário permitido.

INSTRUÇÕES GERAIS

- ✓ Você deverá utilizar caneta de tinta azul ou preta para as respostas.
- ✓ **Reserve os 20 (vinte) minutos finais para responder na Folha de Respostas.**
- ✓ O sistema de leitura e processamento das Folhas de Respostas não registrará a resposta em que houver falta de nitidez na marcação e/ou marcação de mais de uma alternativa. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca de folha de resposta em caso de erro do candidato
- ✓ A Folha de Respostas não pode ser dobrada, amassada, rasurada ou manchada.
- ✓ Ao terminar a prova, entregue ao fiscal a Folha de Respostas. As observações ou marcações registradas no caderno não serão levadas em consideração.
- ✓ É terminantemente proibido o uso de telefone celular e demais aparelhos eletrônicos.

Boa Prova!



GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO



NOME:														INSCRIÇÃO:					
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

LÍNGUA PORTUGUESA

Analise o texto abaixo e responda às questões de 1 a 7.

Texto I

Quando começou a enterrar os seus mortos, quando de algum modo construiu um ritual funeral, o *homo sapiens* há cem mil anos já tinha consciência de sua finitude, de sua presença provisória no mundo. E este ritual funeral marca um novo estágio na vida da espécie *homo*, a consciência: nasce o *homo sapiens sapiens*, aquele que tem consciência do próprio saber, aquele que sabe que sabe. Foi esta consciência da fragilidade da vida, foi este choque que nos fez ver a nós mesmos, que nos fez ter a vida em alta conta: a vida é rara, deve ser cuidada, cultivada, mantida.

Foi a necessidade de expansão da vida humana no mundo, foi o seu fortalecimento que nos fez de algum modo pensar: “Preciso me precaver, conhecer as estações, preciso plantar o próprio alimento, cultivar as ervas que curam, preciso fabricar armas, ferramentas, preciso festejar o que ainda tenho e brindar à vida porque a vida é curta e eu quero viver”.

Foi a consciência da fragilidade da vida, do quanto tudo é provisório e instável, que impulsionou os humanos em direção à cultura, mas esta relação entre a vida pensada como natureza, e a cultura no sentido de ação, de intervenção humana no mundo, sempre foi uma relação difícil. É esta relação entre o conhecimento, produto da linguagem e da consciência, e a vida, como a totalidade que nos é dada, que interessa a Nietzsche, e do modo como a espécie humana se relaciona com a natureza, o mundo, a exterioridade que a cerca, mas também com a natureza que traz em seu próprio corpo e que a constitui.

O que Nietzsche faz é propor um exercício de autognose, ou seja, de autoconhecimento da humanidade, como se a própria espécie se colocasse em questão e pensasse: O que temos feito? Que caminhos trilhamos? O que enfim nos tornamos? É com este objetivo que Nietzsche percorre a história da humanidade procurando não aquilo que aparece, mas aquilo que a cultura esconde: O que de fato move a nossa ação no mundo? Que valores reproduz?

(MOSÉ, Viviane. Nietzsche hoje: sobre os desafios da vida contemporânea. Petrópolis, RJ: Vozes. 2018, p.11)

- 1) **A partir de sua análise atenta e do sentido global do texto, assinale a alternativa correta.**
 - a) A cultura é apresentada como uma construção natural e espontânea do ser humano, resultado da harmonia entre natureza e saber.
 - b) A evolução humana é descrita como um processo linear e progressivo, em que a consciência sempre levou a melhores escolhas.
 - c) A cultura é vista como resposta à fragilidade da vida, apresentando-se questionamentos sobre os rumos da humanidade.
 - d) A consciência da morte e da finitude levou ao abandono da natureza e à completa negação de tudo que é instável ou passageiro.

- 2) **Considere a passagem “Foi a consciência da fragilidade da vida, do quanto tudo é provisório e instável, que impulsionou os humanos em direção à cultura” (3º§). Assinale a alternativa em que se faz uma afirmação correta acerca do verbo em destaque.**
 - a) O pronome indefinido “tudo”, presente na oração anterior, exerce a função de sujeito simples.
 - b) O sujeito é o pronome relativo “que”, implicando concordância em número e pessoa com o referente pronominal.
 - c) O verbo está flexionado na terceira pessoa do singular em razão do caráter impessoal que assume na oração.
 - d) O vocábulo “consciência”, que forma a primeira oração, é também núcleo do sujeito passivo do verbo “impulsionou”.

- 3) **Na passagem “como se a própria espécie se colocasse em questão e pensasse: O que temos feito? Que caminhos trilhamos?” (4º§), o valor semântico das formas verbais nas perguntas indicam, respectivamente, uma ação:**
 - a) presente; futura em relação ao passado.
 - b) pontual no presente; pontual no passado.
 - c) futura; habitual no presente.
 - d) em processo; passada concluída.

RASCUNHO

- 4) Observando o sentido do fragmento: “Quando começou a enterrar os seus mortos, quando de algum modo construiu um ritual funeral.” (1º§), assinale a alternativa em que a reformulação para a voz passiva analítica está correta.
- Quando foram começados a ser enterrados os seus mortos, quando de algum modo foi construído um ritual funeral.
 - Quando os seus mortos começaram a ser enterrados, quando de algum modo um ritual funeral foi construído.
 - Quando começou-se a enterrar os seus mortos, quando se construiu um ritual funeral.
 - Quando seus mortos foram sendo enterrados, quando um ritual funeral tivesse sido construído.
- 5) Nos três primeiros parágrafos, o verbo “foi” aparece repetidamente no início de orações. Essa repetição cumpre, principalmente, a seguinte função no texto:
- destacar semanticamente os sujeitos das orações, conferindo ênfase à causa de certos processos históricos e existenciais.
 - indicar a variação temporal das ações apresentadas, alternando a percepção de presente, passado e futuro.
 - marcar a impessoalidade das ações e ocultar os agentes responsáveis pelas mudanças culturais descritas.
 - substituir estruturas passivas, modernizando o discurso e conferindo fluidez ao texto filosófico.
- 6) Ao observar as formas de particípio em “A vida é rara, deve ser cuidada, cultivada, mantida.” (1º§), é correto afirmar, segundo à morfossintaxe, que elas são:
- coordenadas em relação a “deve ser” e funcionam como complementos nominais.
 - subordinadas em relação ao verbo “é” e funcionam como objeto direto.
 - coordenadas entre si e exercem a função sintática de predicativo do sujeito.
 - subordinadas entre si e funcionam como adjunto adnominal de “vida”.
- 7) Com base nas regras do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinale a alternativa em que o emprego do hífen está totalmente adequado.
- A consciência da própria condição levou ao auto-conhecimento e à co-reflexão sobre a vida.
 - A partir da consciência da morte, o homem inicia um processo de autoavaliação, coexistência e releitura do mundo.
 - O ser humano passou a investir em infraestrutura, auto-estima e sócio-história como formas de sobrevivência cultural.
 - A linguagem e a cultura se tornaram pré-requisitos fundamentais na formação do meio-ambiente humano e simbólico.

Analise o texto abaixo e responda às questões de 8 a 10.

Texto II

Dizem que a separação nunca é um núcleo, uma urgência. Dizem que ela começa em seu avesso. E que é justamente no momento mais suave, o primeiro encontro, o primeiro olhar, que a separação começa a existir. Eu prefiro acreditar que a separação nunca termina, e que o último dia, a última noite, é um instante que se repete, a cada espera, a cada volta, cada vez que sinto a tua falta, cada vez que pronuncio teu nome. Eu acredito que, ao te chamar, uma estratégia, um encanto, eu seja capaz de fazer com que você se vire e olhe, e, sem perceber, estenda entre nós um atalho, uma ponte.

Mas como a gente chama alguém que foi embora? Alguém que está longe, alguém que não está? A distância deveria imediatamente impor um tom mais solene, ou menos íntimo, afinal há a distância. Mas como a gente trata com distanciamento alguém que acabou de estar tão perto? [...]

(SAAVEDRA, Carola. *Flores Azuis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008)

- 8) A forma com que o tema da separação é tratado no texto ganha expressividade por meio do predomínio da função da linguagem que:
- estabelece uma interlocução com um receptor exclusivo, definido na separação.
 - busca testar, com interrogações, a eficiência na compreensão da mensagem.
 - faz uso do código para definir, de forma objetiva, o vocábulo “separação”.
 - prioriza a subjetividade com marcas de primeira pessoa em pronomes e verbos.
- 9) Considerando os critérios tradicionalmente adotados para a distinção entre textos literários e não literários, assinale a alternativa que melhor caracteriza o tipo de construção textual apresentado no fragmento de Saavedra.
- A elaboração do texto inscreve-se no domínio literário, não apenas pelo uso de linguagem figurada e ambígua, mas também pela abordagem subjetiva e pela evocação de sentidos plurais, próprios da estética literária.
 - O texto pode ser classificado como literário por tematizar uma experiência objetiva, mas a ausência de linguagem figurada e a linearidade da exposição atenuam sua carga estética, aproximando-o da prosa confessional não ficcional.
 - A construção do texto, ainda que atravessada por marcas de subjetividade, evidencia predomínio de função metalinguística e referencial, próprias de gêneros não literários voltados à análise do cotidiano.
 - Embora revele sensibilidade e emoção, o texto deve ser classificado como não literário, pois se sustenta em estrutura discursiva típica da crônica jornalística e tem como finalidade principal relatar uma vivência pessoal.

- 10) No primeiro parágrafo, a palavra “avesso” expressa uma ideia:
- a) metafórica, apontando que a separação nasce de forma implícita já durante o início da relação.
 - b) de oposição explícita à separação, indicando que ela só se manifesta após o término da relação.
 - c) simbólica, sugerindo um lado invertido ou oculto das relações, sem qualquer especificação de tempo.
 - d) conotativa, atribuindo à separação um caráter negativo ligado a falhas ou desvios morais na relação.

RACIOCÍNIO LÓGICO

- 11) Num restaurante você monta sua refeição escolhendo 1 proteína, 3 acompanhamentos, 1 sobremesa e 1 bebida. As opções são:

Proteína: carne, peixe, frango, ovo.

Acompanhamentos: arroz, feijão, salada, farofa, purê de batata, polenta frita, legumes grelhados, escarola refogada.

Sobremesa: abacaxi, gelatina, pudim de leite.

Bebida: água mineral, suco de laranja, refrigerante.

Assinale a alternativa que apresenta a quantidade de diferentes refeições que você pode montar.

- a) 360
- b) 2016
- c) 120
- d) 672

- 12) Algumas pessoas foram convocadas para uma reunião e sabe-se que, caso alguém não compareça, todos os outros serão dispensados e a reunião será remarcada. Houve ao menos uma pessoa convocada que não foi dispensada. Então podemos concluir que _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) as pessoas convocadas que compareceram à reunião foram dispensadas
- b) ao menos uma pessoa convocada não compareceu à reunião
- c) todas as pessoas convocadas compareceram à reunião
- d) a reunião foi remarcada

- 13) No estacionamento de um shopping center, observou-se que 5% dos carros estacionados são deixados com pelo menos um dos vidros abertos e, entre esses carros, ocorre o furto de 10% deles. O restante dos carros estacionados não é deixado com nenhum vidro aberto e, entre esses, ocorre o furto de 1% deles. Constatado que houve o furto de um veículo, a probabilidade de ele ter sido deixado com pelo menos um dos vidros abertos está na faixa entre _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) 30% e 40%
- b) 60% e 70%
- c) 0,1% e 1%
- d) 9% e 10%

- 14) Nem todos os funcionários de uma empresa têm casa própria e todos os diretores têm casa própria. Com base nessa afirmação é possível concluir que _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) existe um diretor da empresa que não tem casa própria
- b) os diretores não são funcionários da empresa
- c) se um funcionário da empresa não tem casa própria então ele não é um diretor
- d) existe um funcionário da empresa que é diretor e não tem casa própria

- 15) Um restaurante funciona de terça-feira a domingo e, às segundas-feiras, apenas se for feriado. Se funcionar na segunda-feira, o restaurante fechará na terça-feira. Mas, se a terça-feira for feriado também, o restaurante, naquela semana, funcionará todos os dias. Com base nessas informações é correto afirmar que _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) o restaurante não funciona às segundas-feiras
- b) pode acontecer, em alguma semana, que o restaurante funcione todos os dias
- c) quando há um feriado na terça-feira, o restaurante não funciona
- d) o restaurante funciona todos os dias da semana

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- 16) O Sistema de Registro de Preços (SRP) constitui um conjunto de procedimentos adotados pela Administração Pública para registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e a aquisição e locação de bens para contratações futuras. No que tange à sua disciplina legal, analise as afirmativas abaixo.

- I. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.
- II. Ele poderá, na forma de regulamento, ser utilizado nas hipóteses de inexigibilidade e de dispensa de licitação para a aquisição de bens ou para a contratação de serviços por mais de um órgão ou entidade.
- III. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de sessenta dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II apenas
- b) II e III apenas
- c) I apenas
- d) I, II e III apenas

17) No que diz respeito à responsabilidade da Administração Pública quanto à mão-de-obra utilizada pelos contratados em contratos com o Poder Público, assinale a alternativa incorreta.

- a) Não há responsabilidade subsidiária da Administração Pública por encargos trabalhistas gerados pelo inadimplemento de empresa prestadora de serviços contratada, se amparada exclusivamente na premissa da inversão do ônus da prova, remanescendo imprescindível a comprovação, pela parte autora que reivindica a responsabilidade da Administração, da efetiva existência de comportamento negligente ou nexo de causalidade entre o dano por ela invocado e a conduta comissiva ou omissiva do poder público
- b) Haverá comportamento negligente a justificar a responsabilização quando a Administração Pública permanecer inerte após o recebimento de notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas
- c) Constitui responsabilidade da Administração Pública garantir as condições de segurança, higiene e salubridade dos trabalhadores, quando o trabalho for realizado em suas dependências ou local previamente convencionado em contrato
- d) Nos contratos de terceirização, a Administração Pública deverá exigir da contratada a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados e adotar medidas para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas pela contratada, mas não poderá condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas do mês anterior

18) A Constituição, em sua redação originária, estabeleceu um regime jurídico único aos servidores públicos, prevendo, no artigo 39, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deveriam instituir, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores. Contudo, tal dispositivo foi objeto de alteração decorrente do exercício, pelo Congresso Nacional, do poder constituinte derivado reformador, tendo a EC 19 alterado a redação do mencionado dispositivo constitucional para subtrair a obrigação de instituição de um regime jurídico único. Tal Emenda à Constituição, porém, foi atacada por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada pelo STF (ADI 2135) em novembro de 2024, cujo acórdão publicou em junho de 2025. Em razão das decisões do STF, no que tange ao regime jurídico dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.

- a) Em razão do deferimento de medida cautelar na ADI 2135, que suspendeu os feitos da EC 19, é possível dizer que apenas após o julgamento de improcedência da ADI, ocorrido em 2024 e publicado em junho de 2025, teve-se por subtraída a obrigação dos entes da federação de manutenção de um regime jurídico único aos seus servidores, produzindo, tal julgamento do STF, efeitos retroativos (“ex tunc”) de modo a considerar válida e eficaz a emenda desde sua entrada em vigor
- b) O STF julgou improcedente o pedido formulado na ação direta de inconstitucionalidade e, tendo em vista o largo lapso temporal desde o deferimento da medida cautelar na ADI, atribuiu eficácia “ex nunc” à sua decisão, consignando, ainda, ser vedada a transmutação de regime dos atuais servidores, como medida voltada a evitar tumultos administrativos e previdenciários
- c) O STF julgou procedente a ADI, reconhecendo a inconstitucionalidade formal da emenda, por ofensa à regra constitucional dos dois turnos de votação no processo legislativo de tal espécie legislativa, tendo o julgamento produzido efeitos retroativos (“ex tunc”), sendo inválida a EC 19 desde sempre, mantendo-se, assim, o regime jurídico único estabelecido originalmente pelo artigo 39 da Constituição
- d) O STF julgou procedente a ADI, reconhecendo a inconstitucionalidade formal da emenda, por ofensa à regra constitucional dos dois turnos de votação no processo legislativo de tal espécie legislativa, modulando, entretanto, os efeitos de sua decisão, de modo a produzir efeitos apenas a partir do julgamento ocorrido em 2024 e publicado em junho de 2025 (efeito “ex nunc”)

19) Assinale a alternativa que não reflete uma regra processual da ação judicial voltada à aplicação das sanções de improbidade administrativa, segundo a Lei 8.429/92.

- a) A ação de improbidade, que deverá ser proposta perante o foro do local onde ocorrer o dano ou perante o da pessoa jurídica prejudicada, prevenirá a competência do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto
- b) Havendo a possibilidade de solução consensual, poderão as partes requerer ao juiz a interrupção do prazo para a contestação, por tempo não superior a noventa dias
- c) Ao distribuir o ônus da prova, não poderá o juiz impor encargo probatório ao réu e, caso o Ministério Público peça o depoimento pessoal, deverá o juiz advertir os réus de que este é obrigatório e a recusa ou ausência destes em audiência poderá resultar em confissão
- d) Se o magistrado identificar a existência de ilegalidades ou de irregularidades administrativas a serem sanadas sem que estejam presentes todos os requisitos para a imposição das sanções aos agentes incluídos no polo passivo da demanda, poderá, em decisão motivada, converter a ação de improbidade administrativa em ação civil pública

20) Ao julgar uma ação de desapropriação por utilidade pública, deverá o juízo atentar-se ao fato de que a legislação _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) veda ao Poder Judiciário, no processo de desapropriação, decidir se se verificam ou não os casos de utilidade pública
- b) prevê o prazo decadencial de cinco anos, contados da data da avaliação do imóvel objeto da pretensão, para propositura da ação de desapropriação
- c) estabelece que a ação, quando a União for autora, será proposta necessariamente no Distrito Federal; e se o autor for o Estado, na capital deste
- d) prevê a possibilidade de decisão liminar de imissão provisória na posse, no caso de urgência, independente da citação do réu, ficando dispensado registro de tal imissão no cartório de registro de imóveis competente

21) Em certo processo administrativo aberto em razão da verificação, pela Administração Pública, da equivocada inserção de parcela remuneratória de considerável valor nos vencimentos de determinados servidores públicos, a autoridade administrativa competente procedeu à imediata suspensão do pagamento da parcela tida como paga de forma irregular, sem prejuízo da continuidade do pagamento das demais rubricas remuneratórias a que possuem direito os servidores. Sustou, a autoridade, na decisão, perigo de dano ao erário e aparente ilegalidade nos pagamentos. Ato contínuo, a autoridade determinou que fossem cientificados os servidores, oportunizando defesa, determinando que retornasse o processo posteriormente para decisão final. Após tomarem conhecimento da suspensão do pagamento da parcela objeto do processo administrativo, os referidos servidores, mesmo sem discordar da irregularidade no recebimento, acionaram o sindicato da categoria e pediram que houvesse insurgência em razão de ofensa ao contraditório e à ampla defesa, na medida em que não foram ouvidos antes da adoção da medida de suspensão de parte da remuneração e porque os valores já vinham sendo pagos há quatro anos. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) Não possuem razão os servidores, pois, em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado ou interessados, sendo que o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados
- b) Possuem razão os servidores, na medida em que o contraditório e a ampla defesa devem anteceder qualquer decisão que restrinja direitos, tendo, no caso, decaído o direito à revisão do ato administrativo, em razão do decurso do tempo
- c) Não possuem legitimidade como interessados no processo administrativo, organizações e associações representativas, como os sindicatos, ainda que a discussão envolva direitos e interesses coletivos, de modo que se mostra ilegítima a pretensão de atuação sindical
- d) Não possuem razão os servidores, pois atos que causem prejuízo ao erário permitem mitigação do contraditório, além de poderem ser objeto de anulação a qualquer tempo, independentemente da boa-fé do agente, pois é imprescritível a pretensão de ressarcimento de danos aos cofres públicos

22) No regime geral dos serviços públicos concedidos, há possibilidade do poder concedente intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes. Neste caso, far-se-á intervenção por decreto do poder concedente. Não constitui elemento de consignação obrigatória no referido decreto _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) a designação do interventor
- b) o prazo da intervenção
- c) os objetivos e limites da intervenção
- d) a forma e valor da remuneração da concessionária durante a intervenção

23) Analise o texto a seguir.

O Presidente da República, com o fim de prontamente restabelecer a ordem pública, abalada em razão de calamidades de grandes proporções na natureza que atingiram a região sul do país, gerando caos, decretou _____ em regiões específicas e determinadas, delimitadas pelo decreto. Tal decretação foi _____ pela oitiva dos Conselhos da República e de Defesa Nacional. A decretação foi aprovada por maioria _____ do Congresso Nacional. Durante sua vigência, foi adotada como medida coercitiva, dentre outras, a restrição ao direito _____.

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- a) estado de defesa / antecedida / absoluta / ao sigilo das comunicações
- b) estado de sítio / sucedida / simples / à propriedade privada
- c) estado de sítio / antecedida / absoluta / de reunião
- d) estado de defesa / sucedida / simples / à liberdade de imprensa

24) Sobre as prerrogativas e competências do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco e de seu presidente, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () Em caso de impedimento e ausência do Governador e do Vice-Governador, ou vacância dos respectivos cargos, será chamado, sucessivamente, ao exercício do cargo de Chefe do Executivo, nesta ordem, o Presidente do Tribunal de Justiça e, após, o Presidente da Assembleia Legislativa.
- () Compete ao Presidente do Tribunal de Justiça, com voto de desempate, presidir processo de julgamento do Governador do Estado por crime de responsabilidade.
- () É de iniciativa do Tribunal de Justiça lei voltada à criação de Justiça de Paz com competência para, dentre outras, celebrar casamentos.
- () Constitui prerrogativa do Presidente do Tribunal de Justiça, assegurada pelo legislador constituinte estadual, a de, sempre que manifestar o propósito de expor assunto de interesse público, ser recebido pela Assembleia Legislativa, em reunião previamente designada.
- () Compete ao Tribunal de Justiça julgar originalmente a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, tomando como parâmetro a Constituição do Estado de Pernambuco.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) F - V - V - V - F
- b) F - F - V - F - F
- c) V - V - F - F - V
- d) F - F - F - V - V

25) Sobre o Mandado de Segurança Coletivo e a Ação Civil Pública, assinale a alternativa incorreta.

- a) Organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há, pelo menos, um ano possuem legitimidade para propor mandado de segurança coletivo em defesa de direitos líquidos e certos da totalidade, ou de parte, dos seus membros ou associados, na forma dos seus estatutos e desde que pertinentes às suas finalidades, dispensada, para tanto, autorização especial
- b) Mostra-se cabível mandado de segurança coletivo para tutela de direitos coletivos, assim entendidos os transindividuais, de natureza indivisível, de que seja titular grupo ou categoria de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica básica
- c) No que tange à ação civil pública, é certo dizer que o Ministério Público, se não intervier no processo como parte, atuará obrigatoriamente como fiscal da lei, sendo que em caso de desistência infundada ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado assumirá a titularidade ativa
- d) O julgamento do mérito da ação civil pública, pela procedência ou improcedência, poderá impor condenação em obrigação de pagar, de fazer ou não fazer, bem como condenação ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em desfavor da parte sucumbente, sendo que, se ainda vier a ser reconhecida a litigância de má-fé, o juiz majorará as custas ao décuplo em desfavor da parte assim litigante

26) A Constituição vinculou parte dos recursos públicos a ações e serviços públicos de saúde e educação. Quanto a tal tema, analise as afirmativas abaixo.

- I. A União deve aplicar, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, no mínimo quinze por cento da receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro.
- II. A União deve aplicar, anualmente, nunca menos de dezoito por cento da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.
- III. Os Municípios aplicarão, anualmente, nunca menos de vinte e cinco por cento, no mínimo, das suas receitas correntes líquidas, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II apenas
- b) II e III apenas
- c) II apenas
- d) I, II e III

27) A Constituição, na parte da tutela dos indígenas, prevê que _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) o aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas cabe exclusivamente à comunidade indígena
- b) as terras tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas são bens públicos federais inalienáveis e indisponíveis, considerando-se terras tradicionalmente ocupadas as por elas habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar, incluindo as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições
- c) é vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Senado, no caso de guerra, ou manifesto interesse público estatal na utilização de recursos naturais do solo, dos rios e dos lagos
- d) as ações judiciais que versem sobre a disputa sobre direitos indígenas atraem a competência da Justiça Federal, sendo as comunidades indígenas ilegítimas para figurar como parte, devendo, por outro lado, o Ministério Público intervir em todos os atos do processo

28) Joaquim da Silva postulou, administrativamente, a expedição de certidão em que constassem informações pessoais suas existentes em processo de tomada de contas em trâmite perante o Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. O pedido foi distribuído a um Conselheiro que, ao analisar a pretensão, indeferiu na semana passada a expedição, argumentando tratar-se de processo de acesso público e irrestrito. Por necessitar com urgência da certidão, Joaquim da Silva impetrará a ação constitucional competente nos próximos dias, voltada a atacar o ato do conselheiro e, assim, obter de forma imediata a certidão. Assinale a alternativa que se adequa à pretensão de Joaquim e apresenta os argumentos que a sustentam.

- a) Joaquim deverá impetrar habeas data sob o fundamento de violação ao direito fundamental, expressamente previsto na Constituição da República, de acesso a informações pessoais. A ação é de competência originária do juízo de direito de 1º grau
- b) Joaquim deverá impetrar habeas data sob o fundamento de violação ao direito fundamental, expressamente previsto na Constituição da República, de obtenção de certidões em repartições públicas. A ação é de competência originária do juízo de direito de 1º grau
- c) Joaquim deverá impetrar mandado de segurança sob o fundamento de violação ao direito fundamental, expressamente previsto na Constituição da República, de acesso a informações pessoais. A ação é de competência originária do Tribunal de Justiça de Pernambuco
- d) Joaquim deverá impetrar mandado de segurança sob o fundamento de violação ao direito fundamental, expressamente previsto na Constituição da República, de obtenção de certidões em repartições públicas. A ação é de competência originária do Tribunal de Justiça de Pernambuco

29) João, servidor público, realiza um curso de capacitação pelo Tribunal. Ao estudar Direito Civil, observou que existem quatro temas importantes na sua área de atuação, quais sejam: Do Domicílio; Dos Bens; Da Prescrição e da Decadência. De acordo com o Código Civil, assinale a alternativa correta sobre esses temas estudados por João.

- a) São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, apenas quando pertencem às pessoas jurídicas de direito privado ou quando integram o comércio
- b) A suspensão da prescrição somente pode ocorrer uma vez, sendo uma das hipóteses a citação por juiz competente. Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, não aproveitam os outros, independentemente da obrigação
- c) Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso
- d) Se a decadência for legal, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, sendo que o juiz pode suprir a alegação mediante decisão integral de mérito

35) Sérvula impetrou mandado de segurança para defesa de sua pretensão; o remédio constitucional, todavia, foi extinto sem exame de mérito, por inadequação da via eleita, tendo em vista a necessidade de dilação probatória. Inconformada, a impetrante recorreu ao tribunal, demonstrando cabalmente que não se trata de situação que exija instrução probatória, pois o documento que comprova seu direito líquido e certo se encontra em repartição pública, em poder de autoridade que está se recusando a fornecê-lo, e foi requerida sua exibição na petição inicial. Diante do exposto, assinale a alternativa correta em relação a essa situação.

- a) As razões apresentadas pela impetrante no recurso de apelação devem ser acolhidas
- b) A sentença extintiva está correta, pois a legislação exige que a parte impetrante comprove seu direito líquido e certo, descabida a realização de instrução probatória
- c) A apelação deve ser desprovida, pois contra o ato da autoridade que se recusa a fornecer o documento cabe recurso administrativo dotado de efeito suspensivo
- d) A apelação não será conhecida, pois só cabe quando for concedida a segurança

36) Pedro de Assis interpôs recurso de apelação para o Tribunal de Justiça de Pernambuco, o qual foi desprovido pela 56ª Turma. Na visão do advogado da parte, o colegiado foi omissivo em relação a diversos tópicos da argumentação apresentada no recurso, os quais possuem efetivo potencial de modificação da decisão embargada, de modo que irá opor embargos de declaração a fim de que esses pontos sejam apreciados e alterado o acórdão embargado. Diante do exposto, assinale a alternativa correta em relação a essa situação processual.

- a) Tendo em vista que são manifestamente protelatórios, deverá ser aplicada multa ao embargante
- b) A oposição dos embargos de declaração levará à perda de prazo para interposição de recurso especial e extraordinário
- c) A matéria tratada nos embargos de declaração poderá configurar o prequestionamento, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade
- d) Não deverá ser intimada a parte embargada para se manifestar sobre os embargos opostos por Pedro de Assis

37) Fernando ingressou com ação em face de Marcelo. Uma decisão interlocutória indeferiu a produção de prova pericial requerida na petição inicial e, prosseguindo o andamento processual, o pedido foi julgado improcedente, por insuficiência na demonstração do direito pleiteado. O autor interpôs recurso de apelação, suscitando, em preliminar, cerceamento de defesa, por proibição da produção da prova necessária à comprovação de seu direito. A respeito do quanto narrado, assinale a alternativa correta.

- a) Esse recurso de apelação não será recebido no efeito suspensivo
- b) Tratando-se de decisão interlocutória, cabe a interposição de agravo de instrumento
- c) Ocorreu a preclusão temporal da possibilidade de impugnar a decisão que indeferiu a produção da prova pericial
- d) Caso o tribunal acolha a argumentação do recorrente, não poderá julgar imediatamente o mérito do processo

38) Chico ajuizou ação judicial contra Fred, mas a petição inicial foi indeferida, por ter sido considerada inepta. A respeito do quanto narrado acima, assinale a alternativa correta.

- a) O princípio da primazia do mérito, adotado pelo Código de Processo Civil de 2015, determina a suspensão do processo até que o autor possa corrigir sua petição inicial
- b) A inépcia da inicial só poderá ser declarada após a parte ser intimada para emendá-la
- c) O juiz obrigatoriamente deveria ter examinado o mérito da ação, pois, na hipótese relatada, caso a decisão fosse favorável a Fred
- d) Nesse caso, a formação da coisa julgada

39) Àquele que oculta uma arma de fogo utilizada por terceiro para a prática anterior de um roubo, consignando-se não haver qualquer vínculo de parentesco entre ambos, pode-se atribuir o crime de _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) favorecimento pessoal
- b) favorecimento real
- c) coautoria do crime de roubo
- d) participação do crime de roubo

40) Quanto aos crimes previstos na Lei 13.869/10 (Lei de Abuso de Autoridade), assinale a alternativa correta.

- a) Não cabe a ação penal privada subsidiária da pública
- b) Pode ser sujeito ativo qualquer servidor público, da administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e de Território
- c) Possibilita a substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direito
- d) As responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, se podendo questionar sobre a existência ou a autoria do fato ainda quando essas questões tenham sido decididas no juízo criminal

41) Disposto a matar João, Felício efetua um disparo de arma de fogo contra aquele. Por erro de pontaria, acerta-lhe o braço de raspão. Temendo chamar a atenção da vizinhança, o que poderia acarretar sua prisão, ao invés de descarregar a munição restante, Felício decide levar João a um hospital para ser atendido, e sendo este liberado com um simples curativo. Na tentativa de se isentar de responsabilidade pela prática do delito, Felício alega que o disparo foi acidental, inclusive comprometendo-se a arcar com todos os prejuízos decorrentes de sua ação. Porém, após a apuração do órgão de polícia judiciária, verifica-se a real intenção inicial de Felício. Diante do exposto, assinale a alternativa que apresenta como se pode classificar a conduta de Felício.

- a) Tentativa de homicídio
- b) Desistência voluntária
- c) Arrependimento eficaz
- d) Arrependimento posterior

42) José foi condenado a oito anos de prisão pela prática do crime de roubo. Considerando-se ser ele reincidente específico na prática deste delito, a prescrição da pretensão executória dar-se-á em _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) dezesseis anos
- b) doze anos
- c) oito anos
- d) quatro anos

43) Segundo o artigo 63 do Código Penal, verifica-se a reincidência _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País, o tenha condenado por crime anterior
- b) quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime anterior
- c) quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País ou no estrangeiro, o tenha condenado por crime ou contravenção anteriores
- d) quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no País, o tenha condenado por crime ou contravenção anteriores

44) O Capítulo I do Título XI do Código Penal dispõe dos crimes praticados por funcionários públicos contra a administração em geral. Quanto a estes crimes, assinale a alternativa correta.

- a) Só podem ser praticados, de forma exclusiva, por funcionários públicos estáveis e remunerados
- b) Podem ser praticados, exclusivamente, por funcionários públicos, mesmo aqueles que não sejam estáveis e que não recebam remuneração
- c) Podem ser praticados por funcionários públicos, mesmo aqueles que não sejam estáveis e não recebam remuneração e, excepcionalmente, por particulares que sejam coautores ou partícipes daqueles
- d) Podem ser praticados, indistintamente e em qualquer situação, por funcionários públicos, mesmo aqueles que não sejam estáveis e recebam remuneração, ou particulares

45) Àquele que, mediante solicitação de funcionário público, lhe dá certa quantia em dinheiro para que deixe de praticar ato de ofício, _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) pode ser imputado crime de corrupção ativa, pois ofereceu vantagem indevida ao funcionário público
- b) pode ser imputado crime de corrupção passiva, pois agiu em concurso com o funcionário público
- c) pode ser imputado crime de corrupção ativa privilegiada, pois ofereceu vantagem indevida ao funcionário público após a solicitação deste
- d) não ocorre em nenhum crime, pois o fato é atípico

46) Sobre a possibilidade de juízo de retratação no processo penal, assinale a alternativa correta.

- a) O juiz pode se retratar de sua decisão em qualquer modalidade recursal, desde que o recurso seja tempestivo e ainda não tenha sido julgado pelo tribunal
- b) O Código de Processo Penal permite o juízo de retratação tanto no recurso em sentido estrito quanto na apelação, desde que antes da remessa ao tribunal
- c) O juízo de retratação é expressamente previsto no recurso em sentido estrito e nos embargos infringentes, sendo vedado na apelação, mesmo que ainda não tenha sido remetida ao tribunal
- d) O juiz pode exercer juízo de retratação, no recurso em sentido estrito, no prazo de dois dias, reformando ou sustentando sua decisão

47) Rita, maior de idade, sofreu um crime de importunação sexual enquanto utilizava transporte público. O agressor foi detido em flagrante por policiais que presenciaram os gritos da vítima e o relato de testemunhas. No entanto, Rita optou por não comparecer à delegacia, dizendo que não desejava “seguir com o caso”. Durante as investigações, foram ouvidas diversas testemunhas que presenciaram os fatos e confirmaram a autoria. Findo o inquérito policial, o mesmo foi encaminhado ao Ministério Público, que ofereceu denúncia contra o agressor. Diante da situação fática narrada, assinale a alternativa correta.

- a) O Ministério Público agiu incorretamente, pois os crimes contra a dignidade sexual são condicionados à representação da vítima, salvo nos casos de violência real
- b) O Ministério Público agiu de forma irregular, pois a ausência de representação da vítima inviabiliza a ação penal, tratando-se de condição de procedibilidade que não pode ser suprida posteriormente
- c) O Ministério Público agiu corretamente, pois o crime de importunação sexual é de ação penal pública incondicionada, não sendo exigida a representação da vítima
- d) A exigência de representação nos crimes sexuais ainda persiste por força do princípio da disponibilidade da ação penal, sendo necessário o consentimento da vítima maior e capaz, exceto nos casos de vulnerabilidade

48) Xisto foi denunciado pela prática de três furtos qualificados cometidos em cidades diferentes do mesmo estado, com o mesmo *modus operandi*, no intervalo de poucos dias. A denúncia foi oferecida com base no art. 71 do Código Penal, imputando a ele crime praticado em continuidade delitiva. Diante do exposto, considerando o que dispõe o Código de Processo Penal sobre competência por conexão e continência, assinale a alternativa correta.

- a) A competência será firmada pela prevenção, pois os delitos têm igual gravidade e foram praticados em comarcas de mesma categoria
- b) A competência será da comarca onde ocorreu o último delito, pois nos crimes continuados aplica-se a regra da execução mais recente
- c) A competência será da cidade onde Xisto foi preso, pois ali será mais fácil a colheita de provas
- d) A reunião dos processos é vedada, pois o reconhecimento da continuidade delitiva só pode ser feito após o trânsito em julgado da sentença

49) Marta foi condenada definitivamente a 4 (quatro) anos de reclusão em regime semiaberto pelo crime de receptação qualificada (art. 180, parágrafo 1º, do Código Penal), não sendo cometido com violência ou grave ameaça a pessoa. Réu primária, Marta possui bom comportamento carcerário e está atualmente grávida de 4 meses. À luz da Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta.

- a) Marta poderá progredir de regime após o cumprimento de 1/8 da pena, conforme regra aplicável a mulheres gestantes, desde que presente o bom comportamento carcerário que esta não integre organização criminosa e que não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça à pessoa
- b) O fato de estar grávida não modifica o tempo exigido para a progressão de regime, devendo cumprir ao menos 25% da pena
- c) Marta poderá progredir ao regime aberto após o cumprimento de 16% da pena, apresentando apenas o laudo médico comprovando a gravidez
- d) Por se tratar de crime sem violência ou grave ameaça a pessoa, Marta poderá progredir a qualquer tempo, independentemente de cumprimento de fração mínima da pena

50) Em audiência de custódia, o juiz verifica que, embora o flagrante tenha sido legal, o Ministério Público não se manifestou pela manutenção da prisão, tampouco houve representação da autoridade policial. Mesmo assim, o juiz decide, de ofício, converter a prisão em flagrante em prisão preventiva, alegando que a liberdade do custodiado representaria grave risco à ordem pública. À luz das normas vigentes do Código de Processo Penal, a conduta judicial é _____. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) ilegal, apenas se já tiver sido oferecida denúncia, pois antes disso o juiz tem poderes instrutórios para decretar a prisão cautelar de ofício
- b) legal, pois a audiência de custódia autoriza o juiz a converter o flagrante em preventiva, independentemente de manifestação das partes, desde que haja fundamentação
- c) legal, desde que haja prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, mesmo que ausente manifestação ministerial ou da autoridade policial
- d) ilegal, pois o juiz está impedido de decretar ou converter prisão preventiva de ofício, inclusive durante a audiência de custódia

51) Fabiano foi preso em flagrante e permaneceu custodiado preventivamente. Após o recebimento da denúncia, o juízo determinou sua citação por edital e nomeação de defensor dativo. O processo prosseguiu até a sentença condenatória. Diante da situação narrada, assinale a alternativa correta.

- a) A citação por edital foi válida, pois a prisão não impede a utilização desse meio excepcional, desde que Fabiano não tenha advogado constituído nos autos
- b) A sentença será nula se houver prova de que Fabiano não teve conhecimento da ação penal, sendo irrelevante o vício da citação
- c) A citação foi nula, pois, tratando-se de réu preso, é obrigatória sua citação pessoal, sob pena de nulidade do processo
- d) A citação por edital deve ser complementada por intimação pessoal na prisão, não sendo causa de nulidade se essa diligência não ocorrer

52) Analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () O Imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens e direitos (ITCMD) será progressivo em razão do valor do quinhão, do legado ou da doação e terá suas alíquotas máximas fixadas pelo Senado Federal, por meio de Resolução.
- () Medida provisória que implique majoração do Imposto sobre Importação de produtos estrangeiros (II) só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que tenha sido editada.
- () No que concerne ao Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), cabe à lei complementar regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.
- () O Imposto sobre a propriedade de veículos automotores (IPVA) poderá ter alíquotas diferenciadas em função do tipo, do valor, da utilização e do impacto ambiental e terá alíquotas máximas fixadas por Resolução do Senado Federal.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - F - F - F
- b) V - F - V - F
- c) F - V - F - V
- d) F - V - V - V

53) Assinale a alternativa correta.

- a) É vedada a tributação sobre rendimentos oriundos de atividades criminosas, tendo em vista que o tributo não possui finalidade sancionatória
- b) Tributo é mera reparação patrimonial ao Estado, possuindo caráter indenizatório, diante dos dispêndios financeiros para a manutenção das funções que lhe cabem
- c) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la a denominação e demais características formais adotadas pela lei, bem como a destinação legal do produto da sua arrecadação. No entanto, no caso dos empréstimos compulsórios e das contribuições especiais, a destinação legal do produto da arrecadação é juridicamente relevante, visto que é o fundamento para o exercício da competência tributária
- d) A contribuição destinada ao FGTS possui natureza tributária, pois o produto de sua arrecadação é direcionado ao erário, sendo classificado como receita pública

54) Maria Helena Diniz aduz que “O Direito é lacunoso, sob o prisma dinâmico, já que se encontra em constante mutação, pois vive com a sociedade, sofre com ela, recebendo a cada momento o influxo de fatos e valores, não havendo possibilidade lógica de conter, em si, prescrições normativas para todos os casos” (DINIZ, Maria Helena. *As lacunas no direito*. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 298). Nesse contexto e de acordo com o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa correta.

- a) No Direito Tributário, assim como em outros ramos do Direito, deve-se observar o preceituado na Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, que indica 3 (três) técnicas de integração: a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito
- b) No Direito Tributário há norma especial, que apresenta 3 (três) técnicas de integração: a analogia, os princípios gerais de direito tributário e a equidade, cuja utilização deve ser sucessiva e nessa ordem
- c) No Direito Tributário há norma especial, que apresenta 3 (três) técnicas de integração: a analogia, os princípios gerais de direito público e a equidade, cuja utilização deve ser sucessiva e nessa ordem
- d) No Direito Tributário há norma especial, que apresenta 4 (quatro) técnicas de integração: a analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade, cuja utilização deve ser sucessiva e nessa ordem

55) Analise as afirmativas abaixo, à luz do Código Tributário Nacional (CTN).

- I. A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente. No entanto, multa tributária não é tributo, mas sanção administrativa.
- II. A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos. Pode-se, portanto, afirmar que as obrigações acessórias são classificadas como “de fazer” ou “deixar de fazer”, sendo regidas pelo princípio jurídico de que o acessório segue o principal (*accessio cedit principal*).
- III. A autoridade administrativa em nenhuma hipótese poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos que estejam relacionados à ocorrência do fato gerador do tributo.
- IV. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Estão corretas as afirmativas:

- | | |
|--------------------|-----------------------|
| a) I e IV apenas | c) I e II apenas |
| b) II e III apenas | d) I, III e IV apenas |

56) Sobre “Suspensão do Crédito Tributário” e “Extinção do Crédito Tributário”, conforme o CTN, analise os trechos abaixo.

“Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: moratória; _____; as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; a concessão de medida liminar em mandado de segurança; a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial; _____”.

“Extinguem o crédito tributário: o pagamento; a compensação; _____; _____; a prescrição e a decadência; a conversão de depósito em renda; o pagamento antecipado e a homologação do lançamento nos termos do disposto no artigo 150 e seus §§ 1º e 4º; a consignação em pagamento, nos termos do disposto no § 2º do artigo 164; a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória; a decisão judicial passada em julgado; a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei”.

Assinale a alternativa que preencha correta e respectivamente as lacunas.

- a) remissão / transação / o depósito do seu montante integral / o parcelamento
- b) transação / a anistia / o parcelamento / a isenção
- c) o depósito do seu montante integral / o parcelamento / a transação / remissão
- d) a anistia / o parcelamento / a transação / a isenção

57) No que concerne à Responsabilidade Tributária, analise as afirmativas abaixo e dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () Segundo o CTN, Tício, menor impúbere, será contribuinte do IPTU de bens imóveis urbanos de sua propriedade e seus pais responderão solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis. Caso atuem de forma irregular, ultrapassando o que a lei lhes permite na administração do patrimônio de Tício, serão pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de tais atos praticados.
- () Beltrano alienou o seu imóvel, sob o qual existiam débitos tributários referentes a taxas de coleta de lixo domiciliar dos últimos 5 (cinco) anos e IPTU dos últimos 2 (dois) anos, para Fulano, que não juntou ao título a prova de sua quitação. Conforme o CTN, nesse caso, os créditos tributários relativos a tais tributos subrogam-se na pessoa de Fulano.
- () Beltrana, sujeito passivo de ITR, reconhecendo a prática de infração fiscal referente ao Imposto Territorial Rural - exercício de 2023, realizou confissão de dívida juntamente com o pagamento do tributo. Ressalta-se que tomou tal providência logo após receber um pedido formal de esclarecimento formulado pela administração tributária, consubstanciado no início do procedimento administrativo, relacionado com a infração mencionada. Nesse caso, conforme o CTN, houve a configuração da denúncia espontânea da infração.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V - F - F
- b) V - V - F
- c) F - V - V
- d) F - F - V

58) Dentre as obrigações tributárias acessórias encontram-se as de prestar informações à administração tributária, no interesse da fiscalização e da arrecadação de tributos. Por outro lado, as autoridades fiscais, no exercício de suas funções, têm o dever de sigilo fiscal, o que não prejudica a assistência mútua entre as Fazendas Públicas dos entes federados, bem como a permuta de informações com Estados estrangeiros. Sobre a matéria, assinale a alternativa incorreta.

- a) A Fazenda Pública da União e as dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios prestar-se-ão mutuamente assistência para a fiscalização dos tributos respectivos e permuta de informações, na forma estabelecida, em caráter geral ou específico, por lei ou convênio
- b) O intercâmbio de informação sigilosa, no âmbito da Administração Pública, será realizado mediante processo regularmente instaurado, e a entrega será feita pessoalmente à autoridade
- c) Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros: os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício; os bancos, casas bancárias, Caixas Econômicas e demais instituições financeiras; as empresas de administração de bens; os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais; os inventariantes; os síndicos, comissários e liquidatários; quaisquer outras entidades ou pessoas que a lei designe, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão. Tal obrigação não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão
- d) Não é vedada a divulgação de informações relativas, exclusivamente: a representações fiscais para fins penais; inscrições na Dívida Ativa da Fazenda Pública; e incentivo, renúncia, benefício ou imunidade de natureza tributária, cujo beneficiário seja pessoa jurídica

59) De acordo com o Código de Organização Judiciária do Estado de Pernambuco, assinale a alternativa que apresenta a atribuição do Corregedor Geral da Justiça.

- a) Julgar representações contra juízes de Direito por abuso de autoridade
- b) Coordenar as atividades administrativas das Secretarias Judiciárias de 2º Grau
- c) Realizar correições ordinárias e nos juízos de primeiro grau de jurisdição
- d) Homologar sentenças proferidas no primeiro grau em processos de jurisdição voluntária

60) Quanto aos atos processuais realizados por meio eletrônico, assinale a alternativa correta.

- a) Devem ser assinados exclusivamente com assinatura manuscrita digitalizada
- b) As citações, intimações e notificações serão feitas por meio eletrônico, conforme regulamento próprio
- c) São válidos apenas após confirmação presencial do advogado em cartório judicial
- d) Dependem da impressão e arquivamento em papel para produzir efeitos legais

DISCURSIVA

Trabalhe com a seguinte hipótese: suponha que determinado Município tenha ajuizado ação de desapropriação por utilidade pública no ano de 2024 com o objetivo de obter imóvel no qual pudesse construir um hospital, tendo indicado como valor do imóvel, a quantia total de R\$ 800.000,00 que, depositada, possibilitou acesso provisório na posse dos bens, por ter o juízo acolhido a alegação de urgência. Após a instrução processual, o pedido de desapropriação em primeira instância foi julgado procedente, e foi fixada a indenização em R\$ 1.700.000,00, tendo o juízo se baseado em prova pericial de avaliação do bem. O juízo determinou, ainda, que a diferença entre o valor final e o depositado para imissão provisória na posse fosse complementada via depósito judicial em dinheiro. O Município, por sua vez, defende em grau de recurso que a diferença deve ser paga por precatório. Diante deste cenário: explique quais dispositivos constitucionais embasam a argumentação recursal do Município e quais poderiam ser apresentados pela parte recorrida para justificar a manutenção da sentença. Supondo que a Administração Pública esteja em mora com o pagamento de seus Precatórios, fazendo o pagamento de suas condenações transitadas em julgado de forma atrasada em relação ao prazo constitucional, explique de que forma deverá ser solucionado o impasse, ao se proceder ao julgamento do apelo do Município, ou seja, explique de que forma deverá ser realizado o pagamento da diferença entre o valor final e o depositado para imissão provisória na posse e o porquê.

Transcreva a resposta da questão de 20 a 30 linhas, com caneta azul ou preta, para o cartão de respostas.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	